

# DA ESCRAVIDÃO À IMIGRAÇÃO: A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE ASSALARIADO NO BRASIL

Cleyton Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

No presente trabalho se analisa as relações econômicas e sociais do trabalho imigrante na economia agrária brasileira. Delineia a economia agrária brasileira desde os seus primórdios até a fase de penetração do capitalismo, ou seja, a fase do escravismo indígena, posteriormente o escravismo do negro africano e o imigrante europeu.

Nele se descreve também, a fase da crise de mão-de-obra gerada, principalmente, pela crise do escravismo e a expansão da economia cafeeira, fazendo com que o Brasil tenha na pauta de exportação um produto com demanda no mercado mundial, gerando novamente um crescimento na economia nacional, que antes havia conhecido com o açúcar.

Analisa através do método histórico-dialético, desenvolvido por Marx, a exploração do trabalho do imigrante europeu no sistema de parceria na economia cafeeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Escravidão; Imigração; Açúcar; Cafeicultura; República.

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho se tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento da economia agrária brasileira, e principalmente, o processo transitório do trabalho escravo para o trabalho assalariado, como também, o impacto deste fenômeno na sociedade e economia nacional e as conseqüentes relações econômicas e sociais que tiveram.

Para se alcançar os objetivos propostos, opta-se pela abordagem do materialismo histórico-dialético que nos permitiu

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente/SP.

uma análise rigorosa, radical e de conjunto do fenômeno abordado. Tal opção justifica-se porque

[...] as pesquisas baseadas no materialismo histórico-dialético, pelo seu teor crítico, preocupam-se em desvendar as contradições apresentadas pelo real, expressas no conflito de interpretações e interesses, para então propor formas de superação, no sentido de transformar essa realidade resgatando sua dimensão histórica. (GOMES, 2001, p. 76).

O presente trabalho é constituído de quatro unidades. Na primeira, se procede a uma breve análise das bases da economia agrária brasileira, com algumas limitações, pois não era o objetivo aprofundar o estudo sobre o assunto (a pretensão era apenas delinear um pano de fundo para analisar o fenômeno proposto, ou seja, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre através da introdução do trabalho do migrante estrangeiro). Na segunda parte, é analisada a economia cafeeira, onde se inicia o processo de escassez de mão-de-obra e a conseqüente migração europeia para o Brasil; na terceira, se analisa o processo migratório para o trabalho na lavoura cafeeira no Brasil, suas relações sociais e econômicas e as condições de trabalho subumanas a que foram submetidos dentro do sistema de parceria. Finalmente, na quarta unidade, apoiado no materialismo histórico-dialético, procedeu-se a uma análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre através da introdução do trabalho do migrante estrangeiro na economia agrária brasileira.

## **1 UMA SÍNTESE DA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA**

### **1.1 A formação da economia agrária brasileira**

Mesmo antes de começar a história brasileira, Portugal, como todo o resto do continente Europeu, era produto direto do mercantilismo que caracterizava a estrutura econômica dos países da época, configurando-se como um modelo paternalístico estatal de acumulação que funcionava como mecanismo político de defesa de interesses de um grupo mercantil que vivia à sombra de privilégios das cortes.

A partir do exposto, procurou-se demonstrar que ao contrário do que afirmam alguns historiadores, o regime econômico colonial não foi exclusivamente mercantilista, nem

tampouco continuidade da história portuguesa nas novas terras da América. Segundo expõe Guimarães (1981, p. 21), ao tentarem transplantar para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, os portugueses não tiveram o sucesso esperado e foram levados a admitir um modelo de desenvolvimento no Brasil que voltava no tempo, ou seja, a colonização, como conseqüência da expansão comercial marítima e da desagregação do regime feudal europeu, deveria seguir aqui os moldes da velha sociedade que sucumbia na metrópole.

Sem dúvida, o capital comercial teve papel importante na colonização do Brasil, porém, não pode colocar-se em posição influente/dominante, tal qual ocorria na metrópole portuguesa. O regime definido no Brasil-Colônia significou um recuo de centenas de anos em relação a ponto de partida da metrópole. A partir desta hipótese precisa-se levar em consideração a dinâmica da história. O que pode vir a ser fundamental para a sobrevivência de uma determinada classe social em uma determinada época, pode não mais ser em outra. O espaço, e a situação eram outros e, por ventura, segundo Guimarães (1981, p. 23), o processo evolutivo em curso na sociedade portuguesa não continuou no Brasil-Colônia e a classe senhorial, sendo assim despojada de seus recursos materiais empenham-se em uma regressão da história, sonhando em ver reconstituído o seu passado áureo do feudalismo clássico, reintegrando-se ao domínio latifundiário com vassalos e servos produzindo riquezas e poderio aos senhores.

Nasce, assim, uma sociedade burguesa que se concretiza no Novo Mundo com fortes traços feudais. Não mais aquela burguesia à qual o Estado Nacional servia, com forte controle político da aristocracia feudal. A aliança entre o Estado e a burguesia ocorre naturalmente porque o feudalismo, como se apresentava na Idade Média, era um inimigo comum. No entanto, o crescimento da burguesia à sombra do paternalismo fez com que, segundo Lopez (1991), essa classe acabasse vendo o Estado, anteriormente protetor, como um entrave ao desenvolvimento econômico.

Porém, o mesmo não ocorre na América Portuguesa: Estado e burguesia voltam a estreitar as relações entre si como ocorrera no Velho Mundo. Começa, a partir daí, a construção da história do Brasil. Primeiramente, constitui-se uma estrutura agrária baseada no latifúndio. Os verdadeiros donos das terras, os índios, ou são expulsos, ou são transformados em escravos. Novos rumos tomariam aquelas terras. As terras cobiçadas por posseiros, tiveram a posse legalizada através das sesmarias.

Deu-se início ao monopólio territorial no Brasil. Dividiam-se as preferências da coroa portuguesa com relação às concessões

dos domínios territoriais entre, como expõe Guimarães (1981, p. 23), os “homens de qualidades”, estando inserido neste quadro os homens pertencentes à aristocracia decadente, e os “homens de posse”, sendo estes a nova burguesia em ascensão.

O monopólio feudal da terra no Brasil-Colônia cresce vertiginosamente. A regressão e o atraso histórico frente ao regime hegemônico mundial é visivelmente perceptível. Os traços, ou definitivamente, os laços do latifundismo brasileiro com o regime do tipo feudal são concretos, pois, o domínio sobre os meios de produção (estando neles já inserido o trabalhador escravo), as relações diretas com o capital comercial, colocam o Brasil com um pé no mundo capitalista e outro no mundo feudal.

A estrutura agrária latifundiária brasileira mantém também, como não poderia deixar de ser (já que mantém vínculos diretos com o capital), traços pré-capitalistas de produção. Segundo Guimarães (1981, p. 36), as relações extra-econômicas derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho.

## **1.2 A escravidão no Brasil-Colônia: algumas explicações**

O trabalho escravo do negro africano veio como principal alternativa para o aproveitamento das novas terras americanas, inserindo no contexto produtivo um modelo que havia desaparecido na Europa no Século XIV, conforme relata Marx (1984, p. 263) e que durou quase quatro séculos, atrasando, assim, o desenvolvimento do trabalho, segundo o modelo Europeu.

Num primeiro momento, foi utilizada a mão-de-obra escrava indígena. Porém, esta foi dificultada, pois, segundo Rezende Filho (1995, p. 103), o trabalho escravo colonial permitiu uma dupla extração de excedente, contribuindo para maximizar a acumulação primitiva de capital, na medida em que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez; e depois comprava, a preço de monopólio a produção encarecida por esse escravo, revendendo-a com exclusividade ao consumidor metropolitano, lucrando uma segunda vez. Como o escravo indígena era capturado na própria colônia não oferecia as vantagens do escravo africano.

Assim, era fundamental para o sucesso da indústria colonial de exploração, que o escravo fosse uma mercadoria externa à colônia comercializada por um mercador metropolitano a preços de monopólio, além de a igreja considerar o indígena gentio passível de catequização e o negro africano apóstata, e, portanto passível de escravidão. A escravidão indígena somente iria gerar uma indesejável concentração de renda na colônia e impediria o desenvolvimento de um novo mercado de comércio metropolitano português, o tráfico de escravos negros africanos.

Portanto, é um equívoco histórico, afirmar que o indígena tenha tido qualquer problema de adaptação ao trabalho escravo. O que levou os portugueses a desistirem da escravização do indígena e optarem pela escravização do negro africano foram razões de ordem pura e estritamente econômica e comercial.

Essa nova sociedade européia impõe a escravidão na América, que, segundo Queiroz (1993, p. 7) não surge naturalmente como na antiguidade, mas de uma ordem de acontecimentos que se inaugura no século XV com os descobrimentos ultramarinos e pertence a ela. Foi a solução encontrada pelos europeus para aumentar a lucratividade de seus empreendimentos. E, segundo Queiroz (1993, p. 7), a escravidão americana é um fenômeno original e particular e será compreendida não apenas como uma instituição, mas também como elemento articulado do sistema capitalista mercantil europeu vigente na Época Moderna e articulador das relações sociais constituídas no Brasil a partir da colonização.

A partir da equação proposta por Rezende Filho (1995, p. 105), pode-se entender melhor a escolha pelo trabalho escravo negro africano analisando os dados da Tabela 1 a seguir.

**TABELA 1** – Custo da mão de obra: uma suposição no Brasil-Colônia

<b>Categoria</b>	<b>Trabalho escravo</b>	<b>Trabalho assalariado</b>
Custo de aquisição	10	-
Custo de manutenção	02	-
Custo fixo	50	-
Custo de vigilância	08	-
Custos variáveis	-	10
Custo fixo	-	50
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>60</b>

*Fonte:* Rezende Filho (1995, p. 105).

**CE** – custo de aquisição do escravo; **CM** – custo de manutenção do escravo; **CF** – custo fixo, representado pelo engenho, plantações etc; **CV** – custo de vigilância, representado pelo salário do feitor; **CV'** – custos variáveis, representados pelos salários do trabalhador.

Percebem-se duas vertentes para a escolha da mão-de-obra escrava negra africana: a primeira foi a crise de mão-de-obra na Europa, onde não havia trabalhadores suficientes para desbravar as novas terras. E a segunda, foi como dito anteriormente, o interesse meramente econômico e comercial, maximizando a acumulação primitiva no Brasil-Colônia, "coisificando" o trabalhador negro africano. Como relata Marx (1984, p. 295), a colonização no Novo Mundo, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala, entre outros, são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital. E, como expõe Queiroz (1993, p. 10), para assegurar a reprodução do capital investido era preciso ligar o trabalhador obrigatoriamente à unidade econômica. Daí o recurso à escravidão. E conclui, se o trabalho não for compulsório, bloqueia-se a acumulação primitiva, o excedente de trabalho é apropriado pelo empregador, no caso, o colono, e a acumulação ficará na colônia ao invés de ir para a metrópole.

Definitivamente o modelo produtivo adotado no Brasil-Colônia foi a escravidão baseada na produção da grande propriedade fundiária: a *plantation*, a grande exploração agrícola monocultora, baseada na exploração de terras e utilizando-se amplamente da mão-de-obra escrava, isto é, propriedade especializada na produção de um gênero tropical de grande extensão e trabalhada por mão-de-obra escrava (Rezende Filho, 1995, p. 107). Isto contribuiu para aumentar a concentração fundiária, que foi uma constante no Brasil, abertamente estimulada pela metrópole. E o negro cativo, como expõe Queiroz (1993, p. 21) foi o suporte da economia brasileira, baseada nas *plantations*, por todo o período que durou a escravidão.

### **1.3 A escravidão negra no Brasil**

O desenvolvimento tanto político quanto econômico do Brasil, partiu primeiramente da economia agrária tropical, baseada o latifúndio e na mão-de-obra escrava.

Mesmo tendo iniciado sua expansão após a extinção do tráfico negreiro, inicialmente a economia cafeeira utilizou-se amplamente da mão-de-obra escrava, através do tráfico interprovincial.

Segundo Martins (1996, p. 9), a lavoura cafeeira baseou-se na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde por trabalhadores assalariados. De

fato é sabido que, inicialmente, a economia agrária cafeeira foi calcada em pilares baseados no latifúndio monocultural e na mão-de-obra escrava. No entanto, no decorrer da substituição do escravo pelo trabalhador assalariado, no qual se insere o imigrante, houve a tentativa de garantir mão-de-obra barata com trabalho semi-servil de cules (*coolies*, trabalhadores indianos e chineses) custeados pelo governo; porém, houve resistências, principalmente raciais. Mesmo que pouco reconhecido o trabalho semi-servil foi atribuído ao imigrante europeu até determinado período, posteriormente sendo questionado por governos estrangeiros (Alemanha e Itália).

A economia brasileira a partir da segunda metade do século XIX passa por bruscas transformações. Ao final do século XVIII e início do século XIX, a característica dominante foi a estagnação e a decadência. A fase de desenvolvimento, tal qual conheceu o Maranhão, foi ao nível local e não chegou a afetar o panorama nacional. As novas técnicas da revolução industrial chegavam ao Brasil sob a forma de bens e serviços, não afetando o sistema produtivo.

Assim, a única alternativa para contornar o cenário de estagnação em que se encontrava o país era a definição de uma nova produção que despontasse no mercado internacional. Não mais a economia dependia do açúcar e (apesar da pouca expressão) do algodão. Com a concorrência das Antilhas e fatores cíclicos, o Brasil perde mercado no comércio mundial do açúcar, o mesmo acontece com o algodão, que sofre com a concorrência norte-americana. A crise dessas duas culturas dá início, segundo Furtado (1999, p. 110), à gestação da economia cafeeira.

Juntamente com a gestação da economia cafeeira, surge no Brasil uma nova sociedade burguesa. Uma nova maneira de organização burguesa nascia e expandia-se com a nova cultura. As principais transformações ocorridas a partir da metade do século XIX foram, sem dúvida, no interior da burguesia agrária: empresários cafeicultores tornam-se homens de negócios, modificando, assim, o caráter estrutural da sociedade brasileira.

Notáveis acontecimentos políticos ocorridos na Europa e o amadurecimento político do país, se por um lado fizeram agravar a crise econômica no Brasil, principalmente com a fase cíclica do ouro chegando ao seu ponto final, por outro forçou a reorganização da economia nacional.

A abertura dos portos em 1808 e os tratados de 1810, segundo Furtado (1999, p. 93), transformam a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos, limitando a autonomia do governo brasileiro no setor econômico. Tal situação leva a

burguesia agrária, senhores da grande agricultura exportadora a lutar pela tomada do poder. Assim, a partir da primeira metade do século XIX o país enfrenta fortes crises econômicas. As províncias do norte são as mais afetadas com a desvalorização do açúcar no mercado mundial. Assim, entra em fase final a cultura que teria sido o fundamento da colonização no Brasil.

Dessa forma, além dos fatores endógenos, foram principalmente os fatores exógenos que aceleram a decadência do regime escravista no Brasil. O capitalismo mundial impõe mudanças. O crescimento econômico dos bens manufaturados e a separação definitiva do trabalhador e os meios de produção resulta na imposição do capital industrial ao comercial, subordinando-o e controlando/comandando a acumulação mundial.

A Revolução Industrial varre a Inglaterra e a Europa. Os mecanismos histórico-estruturais fazem-se necessários para permitir a acumulação de capital que origina e expande a referida Revolução.

As instituições criadas pelo mercantilismo, como o Pacto Colonial, que prejudicavam o capital industrial, as restrições às relações mercantis e o regime escravista entram em crise devido às mudanças estruturais que vinham ocorrendo no mundo. Por conseguinte, como expõe Queiroz (1993, p. 60) o capitalismo industrial passa a exigir a quebra das prerrogativas coloniais herdadas do mercantilismo.

Nascia assim, uma nova sociedade burguesa mundial, dominada pelo capital industrial que germinava de dentro do capital comercial. E aquele modelo de regime escravista, fundamental para o desenvolvimento colonial anteriormente, não cabe mais. Novas relações de produção foram, como indaga Marx (1999, p. 52), geradas no seio mesmo da velha sociedade.

Por outro lado, o grupo de conservadores da velha sociedade burguesa decadente vê-se perdendo privilégios. Os traficantes e os latifundiários plantadores de cana nas Antilhas faziam oposição incessante. Porém, essa oposição não refletiu nas decisões do parlamento inglês, que em 1807 extingue o tráfico negreiro para as suas colônias, e logo mais algum tempo, o cativo.

Os acontecimentos e mudanças mundiais não demorariam a surtir efeitos no Brasil. O liberalismo econômico/comercial era vislumbrado pela maior potência econômica mundial da época, e para alcançá-lo era preciso derrubar o regime de monopólio mercantil, que, segundo Queiroz (1993, p. 60) a escravidão e o

tráfico constituam peças fundamentais, e o ataque a estes levaria à destruição daquele.

As pressões inglesas sobre o governo brasileiro para a extinção do tráfico, intensificam-se depois da independência do Brasil. O governo imperial brasileiro resistiu o quanto pode. Porém, foi obrigado a assinar um acordo em 1826 comprometendo-se a extinguir o tráfico dentro de três anos. Essa decisão desagradou à burguesia agrária nacional dominante e poderia colocar em risco o governo, já que havia conflitos de interesses. E assim, a lei de 7 de novembro de 1831 que extingue o tráfico não foi cumprida. E segundo Queiroz (1993, p. 63), no Parlamento dizia-se que fora feita para inglês ver; jamais os brasileiros importaram tantos escravos quanto depois dessa lei: cerca de meio milhão até 1850.

Sobre este fluxo, Mattoso (1982, p. 61) revela a entrada de escravos somente no porto da Bahia e conclui que entre 1815 e 1830 a média de cativos importados somente pelo porto da Bahia é de 7.023 por ano, com as máximas seguintes de 1826 a 1830 (Tabela 2).

**TABELA 2** – Fluxo de escravos – 1826 à 1830

<b>Anos</b>	<b>Nº de Cativos</b>
1826	7.858
1827	10.186
1828	8.127
1829	12.808
1830	6.425
<b>TOTAL</b>	<b>45.404</b>

*Fonte:* Verger e Bethell *apud* Mattoso (1982).

Em outro momento, Mattoso (1982, p. 61) diz que o tráfico estagna em seguida durante os primeiros anos de sua clandestinidade, e reexpande-se a partir de 1833. Para o porto da Bahia, por exemplo, a máxima se situa entre 1846 e 1849, segundo as cifras apresentadas nas Tabelas 3 e 4 a seguir.

Contudo, as pressões inglesas não cessam e o governo brasileiro continua resistindo e em 1845 o parlamento inglês aprova o Bill Aberdeen, que legitimava o apresamento de navios negreiros e atribuindo-lhes total poder de jurisdição sobre eles. Com isso, os navios brasileiros poderiam ser julgados pelos tribunais ingleses. Vários navios brasileiros foram apreendidos, mesmo na faixa litorânea brasileira e a solução foi, como expõe Queiroz (1993, p. 64), converter em lei o projeto elaborado por

Eusébio de Queiroz, que extinguiu definitivamente o tráfico de negros para o Brasil.

**TABELA 3** – Fluxo de escravos – 1840 a 1851

<b>Anos</b>	<b>Nº de Cativos 1</b>	<b>Nº de Cativos 2</b>
1840	1.675	1.413
1841	1.410	1.470
1842	2.360	2.520
1843	3.004	3.111
1844	6.201	6.501
1845	5.582	5.582
1846	7.824	7.354
1847	11.769	10.064
1848	7.383	7.299
1849	8.401	8.081
1850	9.102	9.451
1851	785	-
<b>TOTAL</b>	<b>65.506</b>	<b>64.946</b>

*Fonte:* Verger e Bethell *apud* Mattoso (1982)

Tabela 4 – Médias anuais de fluxo de escravos – 1801 à 1851

<b>Anos</b>	<b>Médias Anuais</b>
1801-1810	7.500 a 7.700 cativos
1810-1815	5.500 a 5.700 cativos
1815-1830	6.196 a 7.023 cativos
1840-1851	5.154 a 5.904 cativos

*Fonte:* Verger e Bethell *apud* Mattoso (1982)

A instabilidade interna do país aumenta com os agravantes exógenos. Os principais produtos brasileiros (açúcar e algodão) perdem espaço no mercado mundial e as crises agravam-se. Surge por volta de 1830 um novo produto: o café. O café teve sua origem como bem comercializável na Província do Rio de Janeiro, e sua expansão na Província de São Paulo. Segundo Skidmore (1998, p. 75) o café abasteceria a economia de exportações brasileiras pelos próximos 140 anos.

A cultura cafeeira toma por completo o solo fluminense. A província do Rio de Janeiro torna-se a principal produtora de café, vendo-se como centro exportador durante a década de 1830 e 1840. A concentração na cidade do Rio de Janeiro de bancos e corretoras favorecia a inserção do café no mercado mundial, já que estando o açúcar e o algodão, até então principais produtos brasileiros de exportação, em baixa no mercado mundial e as

minas chegando à sua exaustão, o país precisaria de um novo produto agrícola de exportação que obedecesse aos padrões internos e tivesse demanda no mercado mundial.

Com a proibição do tráfico negreiro, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850, dos 23 mil cativos ainda chegados em 1850, passou-se para três mil em 1851 e setecentos no ano seguinte (QUEIROZ, 1993, p. 64).

O tráfico negreiro, enfim, chegaria ao fim. A reposição de mão-de-obra escrava vinda da África deixaria de existir, e juntamente com ele um dos grandes fatores de acumulação lusa no Brasil-Colônia e posteriormente Império.

Porém, o tráfico em si não cessa plenamente no Brasil. A rápida expansão da economia cafeeira gera uma crescente demanda por mão-de-obra, onde se recorreu às decadentes plantações de açúcar do Nordeste, ocasionando um deslocamento demográfico da população escrava do Nordeste para o Sul/Sudeste do país.

Através da Tabela 5 é possível notar o deslocamento geográfico da população escrava do Nordeste para o Sul/Sudeste.

Como se vê, na região Nordeste há uma diminuição da população escrava e, por conseguinte, um aumento na região Sudeste. Isso se deve principalmente ao deslocamento demográfico da região Nordeste para as regiões Sul/Sudeste.

**TABELA 5** – Porcentagem da distribuição da população escrava por regiões e províncias selecionadas no Brasil – 1823-1887

REGIÃO	Porcentagem				
	1823	1864	1872	1883	1887
<b>Norte</b>	4	2	2	2	1
<b>Nordeste</b>	53	49	32	28	28
Pernambuco	13	15	6	6	6
Bahia	20	17	11	11	11
Maranhão	8	4	5	4	5
Outros	12	13	10	7	6
<b>Sudeste</b>	38	44	59	63	67
Espírito Santo	5	1	2	2	2
Minas Gerais	18	15	25	24	26
Rio de Janeiro <sup>(a)</sup>	13	17	19	21	22
Rio de Janeiro <sup>(b)</sup>	-	6	3	3	1
São Paulo	2	5	10	13	15
<b>Sul</b>	2	4	6	6	2
Rio Grande do Sul	-	2	4	5	1
Outros	-	2	2	1	1

Oeste 3 1 1 1 1

Número total	1.163.746	1.715.000	1.510.806	1.240.806	723.419
Taxa de Crescimento		0,9	-1,1	-2,1	-16,5

Fonte: Skidmore (1998, p. 92).

(a) província, incluindo cidade; (b) cidade

Sobre a entrada de escravos na província do Rio de Janeiro para o trabalho nas fazendas de café, Martins (1991, p. 84) através da Tabela 6, mostra da seguinte forma:

**TABELA 6** - Entrada de escravos na província do Rio de Janeiro – 1852 a 1859

Anos	Número de escravos
1852	4.409
1853	2.090
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963

Fonte: Stanley J. Stein *apud* Martins (1991, p. 69).

As reservas de escravos do Nordeste estavam escasseando, com isso elevam-se os preços. Os lucros não conseguiam acompanhar o mesmo ritmo inflacionário, tal qual atravessava aquele tipo de comércio dentro do país, já que os preços dos produtos não eram estabelecidos com base nos custos do país, mas como expõe Guimarães (1981, p. 85), predominantemente em função dos interesses dos mercados mundiais que já exerciam inflexível pressão baixista.

A média dos preços dos escravos tomada em anúncios de jornais da época elevava-se rapidamente conforme se pode ver na Tabela 7.

**TABELA 7** – Média de preços dos escravos – 1835 à 1875

PREÇOS MEDIOS (em mil-réis)			
Ano	Homens	Mulheres	Média
1835	375	359	367
1845	384	371	348

1855	1075	857	966
1865	972	1145	1059
1875	1256	1106	1181

Fonte: Buescu *apud* Martins (1991, p. 69).

Os preços dos escravos elevam-se, triplicando após o ano de 1850, com a promulgação da lei da abolição do tráfico negreiro. Dessa forma, como relata Martins (1991, p. 69), em 1865, uma escrava valia mais que o escravo homem, pois seu papel reprodutor tornava-a mais valiosa.

O sistema escravocrata que vigorava no Brasil vinha tomando ares de decomposição. A escassez de mão-de-obra escrava dentro do país e a extinção do tráfico negreiro pressionavam os preços para cima, tornando impossível a sustentação daquele sistema de produção latifundiária baseada na mão-de-obra escrava, já que os lucros não tem o mesmo processo cíclico, pois os preços correspondiam ao mercado mundial, e não aos custos internos do Brasil.

Segundo Guimarães (1981, p. 85), os lucros obtidos com escravos na produção cafeeira eram estimados em 200 ou 300 mil réis; ora esta quantia correspondia a 10 ou 15% do preço de um escravo, sendo apenas suficiente para cobrir os juros do capital aplicado na compra da escravatura. E, conclui Guimarães (1981, p. 85), estariam assim caracterizando as premissas da decadência do latifúndio cafeeiro baseado no regime escravista. O sustento e a utilização do sistema havia se tornado antieconômico. Muitos senhores rurais passam a alforriar seus escravos tomados de enternecida "filantropia".

Dessa forma, chegava ao fim após quase quatro séculos o sistema de regime escravocrata no Brasil. Assim, como define Furtado (1999, p. 137), a abolição da escravatura, à semelhança de uma "reforma agrária", não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. E conclui que, à semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores.

Assim, entra a economia e a sociedade brasileira, mesmo que tardiamente, no sistema de trabalho assalariado, mesmo que tenha uma transição difícil com a semi-escravidão do trabalhador europeu da qual são tratadas nas unidades seguintes.

## 2 A CULTURA CAFEIRA NO BRASIL

### 2.1 O cenário econômico mundial

O cenário econômico da época (meados do século XIX) era extremamente favorável ao cultivo do café no Brasil.

A Europa estava vivendo a Revolução Industrial. Países como França e Inglaterra estavam, segundo Martins (1990, p. 6) concentrando todas as suas forças de trabalho na atividade industrial, envolvidos com a exportação de suas mercadorias e investimentos financeiros que propiciavam altos lucros, não se interessando pela agricultura de exportação.

Os mercados europeus eram supridos por produtos agrícolas, principalmente os produtos originários das colônias da América, já que estas eram incentivadas pelas metrópoles para a produção destes produtos. Com isso, acentuava-se uma divisão internacional do trabalho, onde como expõe Martins (1990, p. 6) aos países industrializados europeus reservava-se a atividade nas indústrias e o controle das maiores rendas; aos países dependentes, de economia periférica, restava a atividade agrícola, apoiada em sua maioria na mão-de-obra escrava. Ao Brasil, como nação de economia periférica, com grandes extensões rurais ou latifúndios, provenientes das sesmarias e abundante em mão-de-obra escrava, restou plantar café, pois, segundo Martins (1990, p. 6) o Brasil até então colônia de Portugal não tinha a permissão de instalar qualquer tipo de fábrica.

Não vai-se aqui ser repetitivos citando aspectos que originaram a cultura cafeeira no Brasil, pois já foram expostos anteriormente. Fica-se apenas comprometido em comentar os aspectos econômicos e sociais da referida empresa agrícola que novamente leva a um relativo crescimento a economia nacional.

Analisando os dados da Tabela 8, exposta por Martins (1990, p. 37), percebe-se o grau de dependência do país em relação ao novo produto no referido período em que este vigora.

**TABELA 8** – Produção de café exportada

<b>Anos</b>	<b>Produção exportada (por arrobas)</b>
1779	79 arrobas
1796	8.495 arrobas
1806	82.245 arrobas

Fonte: Prado Júnior *apud* Martins (1990, p. 37).

De 1779 à 1806 percebe-se um começo de produção baixo. De fato, é sabido que em 1789 a colônia francesa do Haiti entra em crise com a revolta dos escravos. Isso abre uma lacuna para o Brasil abastecer o mercado mundial de açúcar.

O Brasil vê-se à frente de uma nova etapa de prosperidade, porém bastante limitado, como nos explica Furtado (1999, p. 92),

Entretanto essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anomalias que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava.

Somente a partir de 1830 é que o Brasil toma o café como principal produto para a exportação e conseqüentemente, deixando de lado o dualismo econômico que surge no país, a contornar a crise que proliferava. As exportações deslançam a partir de 1840, conforme nos mostra a Tabela 9.

**TABELA 9** - Exportações brasileiras de café (1821-1890)

Anos	Exportações (por sacas 60kg)
1821/30	3.178
1831/40	10.430
1841/50	18.367
1851/60	27.339
1861/70	29.103
1871/80	32.509
1881/90	51.631

Fonte: Prado Júnior *apud* Martins (1990, p. 38).

Nota-se, através da Tabela 10, como o café obtém o seu espaço e, como expõe Martins (1990, p. 38) coloca-se em primeiro lugar na pauta de exportações do Brasil.

**TABELA 10** – Principais produtos brasileiros para exportação

Produto	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1821 À 1890 (EM %)						
	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-90
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	7,5	6,2	18,3	4,2
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	-

Borracha	0,1	0,3	0,4	2,3	3,1	5,5	8,0
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	-
Erva-mate	-	0,5	0,9	1,6	1,2	1,5	-
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
<b>Total</b>	<b>85,8</b>	<b>89,8</b>	<b>88,2</b>	<b>92,2</b>	<b>78,2</b>	<b>103,9</b>	<b>86,8</b>

Fonte: Sodré *apud* Martins (1990, p. 38).

Analisando os dados da Tabela 10, pode-se perceber que as exportações do café são crescentes exceto no decênio de 1861-70 onde se acentua a crise de mão-de-obra. Porém, no decênio de 1881-91 as exportações do produto atingem um percentual superior a 70% em relação aos outros produtos na pauta de exportação.

No decênio de 1880-89 o café brasileiro responde por mais de 55% da produção mundial. A Tabela 11, exposta por Martins, esclarece com maiores detalhes.

**TABELA 11** – Porcentagem da produção brasileira na produção mundial de café

<b>Anos</b>	<b>O café na produção mundial (em %)</b>
1820/29	18,18
1830/39	29,70
1840/49	40,00
1850/59	52,09
1860/69	49,07
1870/79	49,09
1880/89	56,63

Fonte: Pinto *apud* Martins (1990, p. 39).

Nascia, assim, uma nova sociedade no Brasil, de dentro daquela velha sociedade e da mesma aristocracia feudal. Os fatos mundiais aconteciam concomitante ao processo de evolução da economia cafeeira no Brasil, e recorre-se a Guimarães (1981, p. 81) para se buscar uma definição ampla e concreta deste processo de expansão, onde,

[...] uma particularidade histórica da expansão do latifúndio cafeeiro é que ela se processava na época em que, no mundo inteiro, estava em pleno florescimento o capitalismo industrial. Se, por um lado, isso lhe havia possibilitado a rápida penetração do seu produto num mercado mundial em constante crescimento assegurando-lhe a acumulação de vultosas riquezas,

por outro lado, abria-lhe os flancos às manobras baixistas dos trustes internacionais recém formados que o forçavam a melhorar sua produtividade a fim de não reduzir suas altas margens de lucro.

A expansão da economia cafeeira obedeceu aos padrões da nova fase da economia mundial, sendo o país visto como economia periférica. O Brasil foi fiel ao modelo imposto pelas metrópoles direcionado à divisão internacional do trabalho e seguindo à risca as ordens do liberalismo econômico que nascia.

Muitos historiadores, sociólogos, economistas, entre outros, definiram a expansão da empresa cafeeira de maneira particular, deixando de mencionar fatos fundamentais e extratos que definiram a mesma. Contudo, utiliza-se no presente trabalho o raciocínio de Guimarães (1981, p. 82), no qual ele separa em dois ciclos a expansão do latifúndio cafeeiro. O primeiro ciclo denomina-se feudal-escravista. E o segundo ciclo, o qual o autor preferiu não atribuir como capitalista, mas sim, feudal não-escravista, que teve sua evolução e desenvolvimento dentro do primeiro.

Segundo Guimarães (1981, p. 82) o sinal de igualdade, o traço permanente e comum nos dois ciclos é a forma de propriedade territorial e o monopólio feudal da terra, como o principal dos meios de produção. Sobre a análise feita pelo autor pode-se perceber que o ciclo não-escravista conserva do primeiro ciclo, o domínio absoluto, ou seja, o controle sobre os homens e as coisas. E como sintetiza Guimarães (1981, p. 82) em sua análise,

e graças a esse domínio foi que manteve intacto o poder extra-econômico que lhe asseguraria a substituição do antigo regime de trabalho escravo pelo “novo” regime de trabalho, este supostamente livre mas de fato tão preso ao passado escravista e tão eivado de medievalismo que se identificava, verdadeiramente com a servidão da gleba.

O ciclo escravista da economia cafeeira teve como centro de desenvolvimento a região fluminense e Vale do Paraíba e o ciclo não-escravista a região do Oeste Paulista.

Apesar de o Oeste Paulista ter, até então, uma certa divisão quanto à estrutura produtiva (um Oeste mais atrasado no sistema de produção que o outro, onde irá ver-se mais adiante) Martins (1990, p. 41) lembra muito bem a generalização do historiador José Roberto do Amaral Lapa, relacionando a estrutura produtiva do café, subdividindo-as e fazendo uma moldura desse confronto entre as regiões.

À medida que as relações capitalistas de produção começam a penetrar na economia agrária brasileira, como nos mostra o Quadro 1 a seguir exposto por Martins, a busca por novos mercados é evidente. E os Estados Unidos seriam então, um dos principais importadores do produto brasileiro.

**QUADRO 1** – Regiões em confronto

1850 – 1910	
VALE DO PARAIBA	OESTE PAULISTA
1. formas tradicionais de ocupação e uso da Terra	1. formas capitalistas de ocupação e uso da Terra
2. fracionamento dos latifúndios	2. predomínio da grande propriedade
3. estagnação econômica	3. progresso
4. mentalidade tradicional na administração da fazenda	4. mentalidade empresarial capitalista
5. investimento improdutivo dos lucros	5. investimento produtivo dos lucros
6. agricultura arcaica	6. agricultura moderna
7. fazendas auto-suficientes	7. fazendas dependentes
8. aristocracia escravocrata e conservadora	8. aristocracia imigrantista e liberal
9. senhorio voltado para a gestão agrícola	9. senhorio empresarial, desdobrando-se em iniciativas urbanas
10. dependência do patrocínio oficial	10. iniciativa privada independente
11. estiolamento e regressão urbana	11. desenvolvimento urbano
12. formação das classes médias por um movimento de descenso da aristocracia	12. formação das classes médias por um movimento de ascenso de seguimentos inferiores
13. indiferença política	13. ativismo na prática política
14. resistência ao movimento abolicionista	14. aceitação do movimento abolicionista
15. ideologia monarquista	15. ideologia republicana
16. inércia cultural	16. intensidade do movimento cultural
17. impermeabilidade ao processo de adaptação cultural	17. fácil adaptação a novas imposições culturais
18. relações sociais paternalistas	18. relações sociais capitalistas
19. relações sociais de produção escravista	19. relações sociais de produção capitalista
20. forças produtivas escravistas	20. forças produtivas capitalistas
21. administração direta do trabalho	21. administração indireta do trabalho
22. unidade de produção tradicional (fazenda)	22. unidade de produção capitalista (empresa)

Fonte: Lapa *apud* Martins (1990, p. 41-42).

Guimarães (1981, p. 84) faz uma análise estatística sobre as exportações do café para os Estados Unidos e o crescimento do consumo naquele país.

**TABELA 12** – Exportação de café para os EUA (sacas)

Ano	Sacas
1809	1.522

Notamos através da Tabela 12 que depois de 1809, ano dos primeiros carregamentos para aquele país, há um aumento substancial nas exportações do produto nas décadas que seguem e como sintetiza Guimarães (1981, p. 84) em vinte anos, de 1821 a 1841, as compras norte-americanas do produto brasileiro haviam crescido em tais proporções que a quota por habitante se elevaria de 30 gramas para mais de 2,5 quilos.

## **2.2 A política e os tributos na economia cafeeira**

O café, como negócio, expande-se repentinamente, provocando o surgimento de novas casas bancárias fundadas por fazendeiros relacionados ao setor cafeeiro. A ligação dos latifúndios cafeeiros ao poder imperial favorecia a tomada de empréstimos para algum latifundiário que estivesse passando por dificuldades.

Alguns setores da economia também se beneficiavam com a expansão da economia cafeeira, como por exemplo, as companhias de navegação, diante das possibilidades de crescimento das exportações do café.

Em relação à política tributária na economia cafeeira, a análise feita por Amed e Negreiros (2000, p. 227) é de suma importância para a compreensão deste fator, e segue,

Em relação à política tributária, é curioso notar que o café, na medida em que se constituía numa mercadoria voltada ao mercado exterior, engrossava a lista dos chamados tributos de saída. Era nos momentos cíclicos de crise da economia cafeeira (caracterizada, normalmente, pela superprodução) que se pensava na introdução de outros tributos relacionados aos demais produtos brasileiros. Diga-se que muitas vezes, acenava-se para a elaboração de incentivos (do ponto de vista das isenções), para o incremento e valorização de outros itens, que também compunham a economia brasileira.

Notadamente, o vínculo entre os latifundiários cafeicultores e o poder imperial, nem sempre favorecia uma política de desenvolvimento da economia nacional, mas sim, da economia cafeeira.

Esse vínculo entre os latifundiários cafeicultores e o poder imperial começa a desaparecer com a decadência da economia cafeeira e do ciclo escravista no Vale do Paraíba e região fluminense. Estes setores insistiam em apoiar o Império para garantir benefícios. Porém, com a empresa cafeeira expandindo-se no Oeste Paulista apoiada na mão-de-obra livre e a propagação dos ideais republicanos ganhando força por todo o país, leva-nos a concordar com a afirmação de Amed e Negreiros (2000, p. 227) que nos instantes que antecederam a ruína do Segundo Reinado e a fundação da República, era a chamada "elite cafeeira" quem melhor se posicionava no cenário econômico do país, até mesmo tendo plenos poderes para indicar nomes a cargos como presidente de Províncias e outros no executivo nacional.

Notadamente os fatos que marcaram os instantes finais do Império e o advento da República são, segundo Amed e Negreiros (2000, p. 225), o momento de se analisar a economia cafeeira quando esta se desconcentra do Vale do Paraíba fluminense e se dirige para o oeste rumo a São Paulo.

A continuação de política favorável à elite cafeeira no início do período republicano, especificamente, a empresa cafeeira de ciclo não-escravista do Oeste Paulista sob a forma de benefícios fiscais e de uma política tributária favorável a este grupo, se consubstancia como sintetizam Amed e Negreiros (2000, p. 227), em incentivos fiscais e a garantia da compra, por parte do governo, do estoque excedente de café.

O governo republicano usava de políticas favoráveis aos latifundiários cafeicultores paulistas e foi (o governo republicano) para os latifundiários paulistas aquilo que havia sido o segundo reinado para os latifundiários fluminenses.

No plano econômico da época, houve alguns equívocos no controle da política econômica. Visando, principalmente, atrair investimentos estrangeiros para o país, o governo republicano adota medidas monetárias "irresponsáveis" de aumento da emissão de moeda e uma posterior queda na taxa de juros. Porém, essas medidas não tiveram o resultado esperado, causando crescimento na taxa de inflação no país. Medidas compensatórias foram tomadas para resolver os problemas causados por tais equívocos e, como apontam Amed e Negreiros (2000, p. 236), foram anos que primaram pela contenção de emissão de moeda, pela contratação de empréstimos no exterior, pelo aumento dos juros e pela elevação dos gastos estatais. Somente foram preservadas as situações favoráveis à elite cafeeira.

Nessa época o Brasil contrai um vultoso empréstimo no mercado externo (Inglaterra) oferecendo como garantia toda a

renda alfandegária do Rio de Janeiro e as demais, como também as receitas de serviços públicos. Em razão desse empréstimo, Amed e Negreiros (2000, p. 237) chamam a atenção para o fato de que o governo de Campos Sales sustou gastos, aumentou impostos - o famoso imposto do selo -, abandonou obras públicas, desestimulou indústrias e congelou salários.

Para conter a inflação, Campos Sales adotou uma política de depreciação externa no câmbio. Sem dúvida, a tão sonhada deflação foi alcançada (entre 1898 e 1902, o câmbio subiu, passando o valor do dinheiro de 8,5 pence por mil-réis para 2,5 pence por mil-réis). No entanto, essa política de depreciação externa do câmbio acaba culminando com o descontentamento da elite cafeeira paulista, uma vez que com a valorização cambial, o preço do café caía nas bolsas estrangeiras.

Contudo, os latifundiários cafeicultores paulistas ainda teriam poderes para intervir nas decisões governamentais, que segundo Amed e Negreiros (2000, p. 237) provocaram a “virada de mesa” desta elite através da assinatura do Convênio de Taubaté<sup>2</sup>, em 1906.

O Convênio de Taubaté resultou sem dúvida numa política nefasta que atrasou mais ainda o processo de desenvolvimento da economia brasileira, no qual o Estado deveria intervir na economia, regulando o mercado em favor dos latifundiários cafeicultores.

Furtado (1999, p. 179) define esta situação da seguinte forma:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Dessa forma, o Convênio (acordo) realizado na cidade de Taubaté estabeleceria que os riscos dos negócios do setor cafeeiro seriam assumidos pelo Estado.

---

<sup>2</sup> O Convênio de Taubaté foi, necessariamente, uma política de valorização/proteção do preço do café.

### 2.3 A crise da economia cafeeira

O Convênio de Taubaté, firmado em 1906, protegeu durante determinado período o setor cafeeiro. Mas alguns fatos começam a colocar em questão a estrutura desse setor.

Começa, já a partir do início do século XX, as crises de superprodução do produto. As turbulências externas, principalmente nos EUA, principal importador, atingem diretamente o setor.

Assim, como expõe Furtado (1999, p. 178) que a partir da crise de 1893 começam a declinar os preços no mercado mundial. A Tabela 13 exemplifica tal situação.

**TABELA 13** – Declínio do preço do café

Anos	Valor Médio de Saca-Libras
1893	4,09
1896	2,91
1899	1,48

*Fonte:* Furtado (1999, p. 178).

Há, visivelmente, uma pressão baixista no mercado mundial ocasionado pelas crises externas. No entanto, a crise de 1893 pode ser absorvida pela depreciação externa da moeda. Em 1897, com a depressão no mercado mundial torna-se o preço do produto ainda mais baixo. Essa depreciação externa no câmbio cria uma situação de pressão sobre os consumidores urbanos, tornando-se impossível outras novas depreciações.

A superprodução do produto torna-se um dos principais fatores negativos no desenrolar da crise da empresa cafeeira. Os benefícios recebidos contribuíram para um forte crescimento. Furtado (1999, p. 181) revela que entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento.

Tem-se início um certo desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado mundial de café. Furtado (1999, p. 181) mostra que a produção média de 1927-29 foi de 20,9 milhões de sacas e a exportação de 14,1 milhões. O desequilíbrio máximo foi alcançado no ano da crise, 1929, quando a produção atingiu 28.941.000 de sacas e o total das exportações foi de 14.281.000 sacas.

Assim, pode-se concluir que:

- a) a economia cafeeira foi fundamental para a retomada do crescimento do país como economia periférica;
- b) as transformações econômicas, políticas e sociais estavam diretamente relacionadas à economia cafeeira;
- c) benefícios concedidos aos produtores ao longo do tempo favoreceram a monocultura em detrimento de outros setores da economia;
- d) políticas de valorização artificial do produto “maquiaram” a economia brasileira através de uma política de proteção de preço levando à superprodução de café;
- e) a superproteção da cafeicultura brasileira e a crise econômica de 1929 levaram a economia brasileira a uma crise sem precedentes.

Para o presente trabalho, as análises feitas sobre a economia cafeeira fornecem bases para compreender o papel do trabalhador imigrante inserido na economia agrária nacional. Já que, como se menciona anteriormente, foi dentro desse setor (principal na época) que acontece a transição do trabalho escravo para o assalariado imigrante.

### **3 A INSERÇÃO DO TRABALHO DO IMIGRANTE NA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA**

#### **3.1 A transição do trabalho escravo para o trabalho imigrante**

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre teve resistências em todas as suas formas, principalmente dos latifundiários cafeicultores, que com a “mentalidade atrasada” insistiam em manter o *status quo* escravista.

Em uma das observações anteriores, Guimarães (1981, p. 82) coloca que houve dois ciclos do latifúndio cafeeiro, que foi o ciclo escravista e o ciclo não-escravista. Na medida em que a produção é descentralizada da região fluminense e Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, o trabalho nos latifúndios também vai se modificando. Não só as pressões políticas externas influenciaram as mudanças sociais na sociedade brasileira, mas também, o

mercado que se configurava extremamente desfavorável ao sistema até então utilizado.

Com a decadência do sistema escravista, necessita-se amplamente de reposição de mão-de-obra. Beiguelman (1977, p. 34) faz uma divisão entre as regiões e define seus atributos. Assim, o Vale do Paraíba, de cultura atrasada constitui a área mais abastecida de escravos e a menos produtiva, apresentando o Oeste novo<sup>3</sup> atributos opostos, e situando-se intermediariamente o Oeste velho, no qual encontra-se o Oeste campineiro.

Representantes da lavoura em expansão buscam frente à Assembléia Legislativa alternativas para a crise da mão-de-obra e a facilitação do trabalho assalariado europeu ser inserido na grande lavoura cafeeira<sup>4</sup>. As pressões para a implantação de um outro sistema produtivo no país aumentavam cada vez mais.

O processo transitório foi bastante conturbado. As mudanças políticas que vinham ocorrendo no país<sup>5</sup> tinham profundo impacto nas transformações econômicas e sociais, principalmente no que diz respeito à transição do trabalho escravo do negro africano ao trabalho livre do imigrante europeu.

Menciona-se, anteriormente, que houve uma tentativa (fracassada) de garantir mão-de-obra barata com o trabalho semi-servil<sup>6</sup> do imigrante asiático (*coolies*), sendo a referida imigração também custeada pelo governo<sup>7</sup>. No entanto, o Oeste mais novo, como expõe Beiguelman (1985, p. 23), insistia numa opção entre tipos de braços não-escravos, opondo-se tenazmente à imigração asiática e exigindo a imigração européia, introduzida em unidades familiares.

### 3.2 A grande imigração: a imigração em outras províncias

Antes de começar o desfecho sobre a imigração como mão-de-obra para a substituição do trabalho escravo, irá se fazer

---

<sup>3</sup> Oeste novo compreende a região da Alta Mogiana.

<sup>4</sup> Martinho Prado envia uma proposta para a criação de um imposto proibitivo para cada escravo averbado na Província.

<sup>5</sup> Queda do Império e advento da República.

<sup>6</sup> Irá se tratar mais adiante sobre o trabalho semi-servil atribuído ao imigrante europeu.

<sup>7</sup> A resistência racial aos amarelos foi muito grande. A elite almejava o branqueamento da população brasileira através da inserção de pessoas provenientes da Europa. Para maiores informações ver Castilho (2000).

algumas considerações sobre algumas, poucas e pequenas, correntes imigratórias ocorridas no país anteriormente<sup>8</sup>.

Em 1824 na Província de Rio Grande de São Pedro (hoje Rio Grande do Sul) houve uma pequena corrente imigratória, sendo esta para a defesa de território. Aquela faixa geográfica sofria constantes invasões, principalmente espanholas, e para a proteção daquele território era preciso um processo de povoamento mais intenso.

Na época, o governo brasileiro oferecia vários benefícios, como por exemplo: passagens pagas; concessão de lotes de terras livres e desimpedidos; suprimento das primeiras necessidades; materiais de trabalho e animais; isenção de impostos por alguns anos; liberdade de culto (Muller, 1999, p. 7). Contudo, os benefícios ficariam apenas nas promessas. As terras eram longe das sedes, não tinham estradas e muito menos escolas em meio à mata intocada. Quanto à liberdade de culto, Müller (1999, p. 8) diz que o governo deveria prever que entre os imigrantes haveriam luteranos, e pela Constituição Imperial de 1824 a religião católica era oficial, portanto, a prática legal de outros credos era inconstitucional e só poderiam ser praticados em casas sem aparência exterior de templo.

Contudo, os problemas foram contornados, e depois de apenas passarem pelo Rio de Janeiro, as primeiras famílias de imigrantes alemães chegaram a Porto Alegre em 18 de julho de 1824, sendo encaminhados para uma feitoria desativada desde 1788 à margem esquerda do Rio dos Sinos.

A imigração na Província do Paraná oficialmente teve seu início na década de 1850. O governo da Província do Paraná estava empenhado na produção do chá, com certos incentivos do governo imperial, e para a produção alcançar êxito o governo paranaense regulamentou em 1855 a imigração na Província.

As formas de imigração, anteriores à substituição do trabalhador escravo, são tidas como formas excepcionais de povoamento, apenas para ocupar regiões de valor estratégico.

Apesar de na época algumas regiões sentirem-se atraídas pela imigração europeia, o sudeste, mais precisamente o Estado de São Paulo, é que vai receber o maior contingente de imigrantes de toda história para a substituição do trabalho escravo e trabalhar na lavoura cafeeira.

---

<sup>8</sup> Alguns autores dividem a imigração estrangeira para o Brasil em três ciclos. Porém entendemos, que a questão da imigração no Brasil foi única, sendo os outros processos excepcionais, como veremos mais adiante.

<sup>8</sup> Os açorianos controlavam parcialmente o território.

Outras regiões, eram pouco desbravadas, como o norte por exemplo, ou estavam em franca decadência, como era o caso da região nordeste, e não estavam aptas a receberem trabalhadores imigrantes provenientes da Europa. São Paulo com a economia cafeeira em plena ascensão é que vai recebê-los. A imigração na região sul do Brasil é uma exceção.

### 3.3 A corrente imigratória para o Brasil

Começa-se analisando o fator da corrente imigratória recorrendo a Prado Júnior (1976, p. 183) que faz a introdução sobre o assunto afirmando que a questão da imigração europeia do século passado está intimamente ligada à da escravidão. São sem dúvida, como é amplamente discutido no presente trabalho, resultantes da gestação/evolução da nova burguesia nacional e das transformações do regime de trabalho no Brasil, especificamente, na província de São Paulo.

Na década de 1870 começam a se acirrar as discussões na província de São Paulo sobre a escassez de mão-de-obra. Contudo, em agosto de 1871, dezessete anos antes da abolição, o presidente da província de São Paulo cria a AACI (Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração)<sup>9</sup> formado por financistas e fazendeiros. Pode-se notar através de uma observação de Holloway (1984, p. 62), em que ele destaca que a AACI tinha o propósito de facilitar aos nossos fazendeiros a "aquisição" de trabalhadores livres e a manutenção da mesma estrutura produtiva no país.

As leis de 30 de março de 1871 e de 26 de abril de 1872, tinham por finalidade financiar a contratação de imigrantes, onde segundo Holloway (1984, p. 62) autorizavam um apoio financeiro de até 900 contos de réis para tal fim.

Havia, assim, um interesse comum entre os latifundiários cafeicultores do Oeste Paulista<sup>10</sup> e o governo da província de São Paulo<sup>11</sup> em aumentar a oferta de mão-de-obra nas plantações de café, e acentuando-se cada vez mais os ideais abolicionistas, o que leva a elite cafeeira a preocupar-se cada vez mais com o problema

---

<sup>9</sup> Esta instituição não obteve o sucesso almejado, tendo o programa estabelecido uma meta para 15.000 imigrantes, porém chegam apenas 480, sendo o programa estendido para cinco anos. Entraram no país 10.455 pessoas durante o período de 1875-79.

<sup>10</sup> Generaliza-se aqui por entender-se que no Oeste mais velho grande parte dos latifundiários, assim como no Oeste mais novo, eram a favor da inserção do trabalhador livre nas fazendas.

<sup>11</sup> O estreito relacionamento entre os latifundiários imigrantistas e o governo facilita a entrada de imigrantes no país.

da escassez de mão-de-obra. E para se ter uma visão definida no que refere-se a esse aspecto recorre-se à Beiguelman (1985, p. 23), que afirma que

[...] percebe-se a ineficácia da proposição corrente com respeito ao binômio abolicionismo–imigrantismo. Nela se enfatiza o estrangulamento na oferta de braços, impelindo a busca de uma solução – que “casualmente” teria conduzido à introdução do imigrante europeu, com as decorrentes conseqüências no âmbito da renda agrária inclusive através do usufruto das terras intercafeeiras. Ora, como vimos, a grande imigração resultou de uma opção definida nesse sentido.

Convém, a propósito, esclarecer que na sociedade brasileira já existia o trabalhador livre, porque, como resume Martins (1996, p. 12) muitos negros já haviam sido libertos por seus senhores. O autor lembra também que, com a extinção do cativo indígena no século XVII, provém uma extensa população de mestiços, definidos como bastardos, que posteriormente vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros.

Porém, este trabalho livre já existente dentro da sociedade brasileira não deve ser confundido com o trabalho livre do imigrante europeu gerado pela crise do escravismo, no qual Martins (1996, p. 12) coloca que,

O trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida, em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária.

Dessa forma, observa-se, como se expõe anteriormente, a manutenção do sistema de produção. Fundamentalmente, a estrutura produtiva mantém-se a mesma. E em um comentário, Martins (1996, p. 12) lembra o historiador Caio Prado Júnior, onde

destaca que para se produzir café, como no passado se produzira açúcar, apelava-se para a imigração europeia, como dantes se recorria ao tráfico africano.

Pode-se notar, então, a convergência de raciocínio entre Martins (1996) e Guimarães (1981) sobre a decadência do escravismo e a imigração. Ora, o trabalho livre proveniente da crise do cativo veio como meio de transformar as relações de produção, mas principalmente, como expõe Martins (1996, p. 13), veio para preservar a economia colonial, e conclui que preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Convém frisar que Martins foi irônico ao finalizar que se tratava de mudar para manter.

Já Guimarães (1981, p. 95) é mais contundente ao afirmar que existia uma série de fatores contraditórios e historicamente desarmônicos, como a produtividade do trabalho escravo em declínio e o conseqüente aumento dos custos de produção, as difíceis relações de créditos, a desproporção entre as melhorias na técnica de beneficiamento e as atrasadas formas de produção, a pressão baixista dos monopólios compradores que forçavam a abertura do caminho às iniciativas para a instituição do trabalhador livre.

A convergência no raciocínio dos dois autores é a conclusão de ambos sobre a decadência do regime escravista, iniciando a grande imigração e a manutenção da estrutura do monopólio colonial e feudal da terra como meio de assegurar, como expõe Guimarães (1981, p. 95) a perenidade de seu poder extra-econômico, de seu sistema de governo.

A partir das análises dos raciocínios de Guimarães (1981) e Martins (1996), pode-se, então, delinear a corrente imigratória para o trabalho na lavoura<sup>12</sup> em expansão.

Como já dito, a crise de mão-de-obra tal qual atravessava o país tinha impacto direto na produção para a exportação; no caso do Brasil, seu principal produto, o café.

As manifestações favoráveis à imigração tomam força a partir da década de 1870. Mas é na década de 1880 que a política imigratória vê-se em primeiro plano no país, com a criação de hospedarias para receber os imigrantes, e principalmente o governo concedendo subsídios diretos, como expõe Holloway (1984, p. 63), para as despesas de transporte de imigrantes que se destinavam a ocupações agrícolas, como também, a criação da Sociedade Promotora da Imigração em 1886, que Holloway (1984, p. 64) definia da seguinte forma:

---

<sup>12</sup> Utilizou-se na época o termo lavoura que referia-se a agricultura, mas todos sabiam que tratava-se das plantações cafeeiras.

A Promotora obedecia a um concerto similar ao da antiga Sociedade Auxiliadora da Colonização. Um grupo de cidadãos privados, contratados pelo governo provincial, administraria uma agencia não lucrativa com o propósito de recrutar transportar e distribuir mão de obra imigrante. Enquanto a tentativa do inicio da década de 1870 foi, em geral, um fracasso a de 1886 revelou-se um empreendimento cujo dia havia chegado.

Sobre os subsídios, Holloway (1984, p. 76-77) nos mostra de forma sintetizada este processo na Tabela 14.

Percebe-se, através da Tabela 14 que no ano de 1895 houve um maior percentual aplicado nos programas de imigração. Holloway (1984, p. 75) analisa de forma clara os gastos do governo com a imigração dizendo que na primeira década do regime republicano foram gastos em média 9% dos rendimentos fiscais. Nos anos posteriores houve oscilações nos gastos, com uma média acima de 5% durante o período de 1892-1930.

Ainda sobre os gastos estatais para promover a imigração Holloway (1984, p. 75) observa que nos últimos anos do império, nos anos de 1883-84 à 1891 foram gastos 10.102 contos de réis com a imigração, cerca de US\$ 4.507.400 (quatro milhões, quinhentos e sete mil e quatrocentos dólares) pela taxa de câmbio corrente. E somando-se este valor aos gastos com a imigração nas primeiras quatro décadas de governo republicano Holloway (1984, p. 78) constata que, desde o início de promover ativamente a imigração até 1930, somente o governo de São Paulo despendeu o equivalente a cerca de US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares).

Apesar de várias objeções de países exportadores de mão-de-obra, como Alemanha, Itália, dentre outros, principalmente pela forma tal qual era explorado o trabalho e as condições subumanas a que eram submetidos os emigrados no Brasil, o período que compreende 1891-97, segundo Beiguelman (1985, p. 38) representa a fase áurea da imigração, principalmente a italiana.

**TABELA 14** - Receitas dos impostos do Estado de São Paulo comparada às receitas dos impostos de exportação sobre o café e às despesas com a imigração (1892-1930)

Ano	Receita total dos impostos	Receita dos impostos sobre a exportação de café <sup>(a)</sup>	(C) como % de (B)	Despesas do Estado com programas de imigração <sup>(a)</sup>	(E) como % de (B)	(E) em US\$ - taxa corrente <sup>(b)</sup>
A	B	C	D	E	F	G
1892	36,452	26,553	73	1,507	4.1	362
1893	31,982	23,313	73	3,738	11.7	897
1894	34,592	25,561	74	1,220	3.5	244
1895	46,384	32,397	70	7,279	15.7	1,456
1896	41,840	29,599	71	4,645	11.1	836
1897	44,094	33,492	76	5,927	13.4	948
1898	37,549	26,026	69	2,739	7.3	411
1899	38,550	29,051	75	2,278	5.9	342
1900	38,270	29,282	77	1,129	3.0	215
1901	40,924	31,989	78	4,501	11.0	1,035
1902	33,003	24,918	76	2,094	6.3	503
1903	29,926	22,146	74	238	0.8	57
1904	33,215	24,817	75	668	2.0	167
1905	27,586	19,297	70	3,172	11.5	1,015
1906	34,830	26,195	75	2,610	7.5	861
1907	38,520	27,981	73	1,659	4.3	512
1908	32,414	22,190	68	2,001	6.2	620
1909	44,048	33,210	75	2,609	5.9	809
1910	30,665	17,470	57	3,096	10.1	1,022
1911	50,287	27,567	55	3,583	7.1	1,147
1912	60,405	36,665	61	5,949	9.8	1,904
1913	58,942	40,944	69	6,572	11.1	2,103
1914	48,985	34,760	71	3,277	6.7	950
1915	61,186	41,086	67	1,439	2.4	360
1916	59,036	33,538	57	1,769	3.0	407
1917	58,965	24,729	42	3,706	6.3	927
1918	52,123	18,266	35	2,526	4.8	632
1919	72,336	31,339	43	1,962	2.7	510
1920	77,423	28,181	36	3,492	4.5	733
1921	82,285	28,266	35	7,908	9.6	1,028
1922	89,629	29,248	33	5,787	6.5	752
1923	124,342	43,276	35	8,978	7.2	898
1924	141,965	52,544	37	16,966	12.0	1,866
1925	233,174	---	---	16,344	7.0	1,961
1926	235,611	128,232	54	15,407	6.5	2,157
1927	275,642	147,964	54	7,028	2.5	843
1928	273,105	119,352	44	2,639	1.0	317
1929	298,478	145,457	49	4,000	0.7	480
1930	255,625	132,550	52	---	---	---
<b>Total</b>	<b>3,304,988</b>	<b>1,650,151<sup>(c)</sup></b>	<b>50</b>	<b>172,442</b>	<b>5.2</b>	<b>32,287</b>

Fonte: Coluna B: SP, Departamento Estadual de Estatística apud Holloway (1984). Coluna C: SP, Secretaria da Fazenda apud Holloway (1984). Coluna E: Boletim do Departamento do Trabalhador Agrícola apud Holloway (1984).

(a) Em contos de réis; (b) em milhares de dólares, à taxa cambial média anual; (c) não incluídos os dados de 1925, por não estarem disponíveis.

A Tabela 15 exposta por Beiguelman mostra a supremacia da mão-de-obra do imigrante italiano na agricultura brasileira, não por preferências do governo brasileiro, mas sim pelas mudanças que vinham ocorrendo na Itália, principalmente pela crescente industrialização e a falta de emprego no campo.

Martins (1990, p. 71) afirma que a emigração se deu pelas lutas políticas do processo de unificação da Itália e pela crescente penetração capitalista no campo e conseqüente expulsão do trabalhador rural.

**TABELA 15** – Imigrantes ingressantes em São Paulo – 1887 à 1897

<b>IMIGRANTES ENTRADOS EM SÃO PAULO</b>		
<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Italianos</b>
1887	32.110	27.000
1888	92.086	80.749
1889	27.694	19.925
1890	38.291	20.991
1891	108.688	84.486
1892	42.061	---
1893	81.745	---
1894	48.497	---
1895	139.998	105.526
1896	99.010	---
1897	98.134	---

*Fonte:* Boletim do Departamento Estadual do Trabalho *apud* Beiguelman (1977).  
Revista de Imigração e Colonização *apud* Beiguelman (1977).

Assim, serão os italianos que terão um papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Serão eles que terão participação ativa na expansão da empresa que voltaria a alavancar a economia nacional. Porém, serão eles que em sua maioria experimentarão, não nas mesmas circunstâncias, os maus tratos aos quais eram expostos os trabalhadores anteriores a eles, os escravos.

### 3.4 Imigrantes para substituir o escravo

Mesmo antes do slogan “Braços para a lavoura”, da política pró-imigração por volta da década de 1870, o país já experimentava algumas poucas (fracas) correntes imigratórias para trabalhar nas plantações de café no Estado de São Paulo.

Ao que se tem registro, um grande latifundiário do setor cafeeiro e de renome na política nacional, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, introduz em sua fazenda em Ibicaba entre os anos de 1847 e 1857, como relata Prado Júnior (1976, p. 186) 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas, sendo o exemplo utilizado por outros latifundiários de café na província de São Paulo em menor escala.

Na década de 1830 houve uma tentativa por parte do Governo Imperial para um processo de inserção do trabalhador imigrante no país pelos contratos de serviços estrangeiros, porém com pouca adesão por parte dos latifundiários que ainda exploravam o trabalho escravo.

As políticas de povoamento nas colônias são reativadas. A organização dentro das colônias é feita segundo o sistema tradicional, que segundo Prado Júnior (1976, p. 186) consistia em atribuir aos colonos pequenos lotes de terras agrupados em núcleos autônomos. Porém, aparece um novo tipo de colonização, o sistema de parceria, que Prado Júnior (1976, p. 186) define da seguinte forma:

[...] fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo o que resulta na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente; a colonização por assalariados puros.

Lamounier (1988, p. 33) define o sistema de parceria simplificada como a remuneração baseada numa parcela do valor da produção. Também foi, em primeiro momento, oferecido aos imigrantes pela empresa do Senador Vergueiro, a Vergueiro e Cia., uma outra modalidade de contrato, a locação de serviço propriamente dita, no qual Lamounier (1988, p. 33) explica que a remuneração dos trabalhadores baseava-se numa quantia fixa, ajustada anualmente, por quantidade de café colhido e entregue. Utilizou-se, no entanto, o sistema de parceria<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Lamounier (1988) cita em seu texto: “mas eles teriam feito a opção por esta última”. Ela refere-se a atribuição do sistema de parceria na economia agrária brasileira, porém, deixa vago o termo “eles”, deixando perceber que quem teria

Faz-se menção, anteriormente sobre o trabalho semi-servil tal qual foi exposto o imigrante europeu. E não há melhor momento de discuti-lo quando das observações sobre o sistema de parceria. E pode-se afirmar com uma certa convicção de que dentro do sistema de parceria estaria inserido o trabalho semi-servil do trabalhador imigrante europeu.

Lamounier (1988), apesar de retratar esta transição do trabalho escravo ao trabalho livre, enfoca sua obra sobre outros aspectos históricos. Desse modo, buscar-se-á respostas às questões ligadas às transformações econômicas e sociais que o país atravessava na época. E tanto Guimarães (1981), quanto outros como Martins (1996) fornecem ferramentas para a análise dos fatos e buscar compreender os aspectos da formação de uma nova classe burguesa e uma categoria que surgia, os operários agrícolas.

Conclui-se destacando que a parceria seria um importante instrumento que poderia alavancar a economia nacional. E sobre o sistema de parceria foram de grande valia as análises feita por Guimarães (1981, p. 95), que coloca que:

A esse tipo de contrato, que de nenhum modo se pode identificar com o trabalho livre, viriam associar-se outras formas de transição para o salariado, sem que deixasse o latifúndio de conservar seu caráter essencial e seu tradicional poder de coação sobre os trabalhadores nele engajados.

Esse sistema de parceria, era altamente rentável para o latifundiário. Os parceiros, segundo Holloway (1984, p. 112), estavam longe de ter igualdade de condições.

As famílias que emigravam da Europa para o Brasil tinham os seus custos pagos pelos fazendeiros, tinham um adiantamento suficiente para sustentarem-se quando aqui chegaram, até que, como sintetiza Holloway (1984, p. 112), eles (imigrantes) pudessem colher alimentos nos lotes de terra que lhes cabiam no território da fazenda. Em razão disso, contraíam pesadas dívidas com o fazendeiro, pois o trabalhador imigrado deveria reembolsar o fazendeiro por todas as despesas, e sobre a quantia não saldada incidiam altas taxas de juros. Ora, o trabalhador imigrante recém-chegado não tinha outra escolha senão aceitar, mesmo que contra a vontade própria, o sistema adotado pelos latifundiários. Seriam, assim, prisioneiros das suas dívidas, sendo obrigados a trabalhar

---

feito a opção pelo sistema atribuído era os trabalhadores imigrantes, onde na verdade eles não tinham escolhas, senão aceitar o modelo tal qual era imposto.

como “parceiros” do latifundiário, que segundo Holloway (1984, p. 112), colocava cada migrante na seguinte situação:

A cada imigrante era destinado um certo bloco de cafeeiros para cultivar, e ele não tinha escolha senão passar a produção para o dono da terra, após a colheita. O trabalhador devia receber metade do lucro líquido da venda final do café colhido dos pés que cuidava. O fazendeiro também destinava a cada família uma casa, pela qual às vezes cobrava um pequeno aluguel, e uma área para a agricultura de subsistência e criação de alguns animais domésticos. O dono da terra devia receber metade da produção dessas parcelas que excedesse às necessidades de subsistência do trabalhador.

Os parceiros viviam em condições subumanas. Sob esse sistema levariam vários anos para liquidar as dívidas contraídas junto aos fazendeiros. O imigrante era obrigado a comprar sua própria liberdade. Segundo Holloway (1984, p. 112), a renda monetária do trabalhador dependia da produtividade dos pés de café sob seus cuidados e dos preços do café no mercado. Para ele, conclui o autor, uma geada violenta ou baixa no mercado mundial de café não significavam apenas lucros menores ou uma perda de investimentos, como no caso dos latifundiários, mas eram uma ameaça ao seu meio de vida.

Embora o trabalho escravo aos poucos fosse se extinguindo, como coloca-se anteriormente, o modelo que os latifundiários gostariam de implantar no Brasil era nada menos do que uma seqüência do regime em decadência, ou seja, um escravismo disfarçado. Vê-se isso a partir do momento em que o “ser” imigrante sujeita-se ao capital do fazendeiro. Um outro aspecto que pode ser considerado no início da imigração, dentro do sistema de parceria é, como expõe Holloway (1984, p. 113), a violência física e a subjugação psicológica que mantinham no sistema escravista era também utilizado no início da imigração. Segundo o autor, houve registros de castigo corporal de parceiros imigrantes, e era comum um paternalismo opressivo – os fazendeiros chegavam mesmo a se imiscuírem nos assuntos domésticos e privados do trabalhador.

A partir do exposto, pode-se afirmar que o trabalhador imigrante em dado momento está distante do trabalhador escravo, porém, em outro momento está tão próximo. Como lembra muito bem Guimarães (1981, p. 97), Thomas Davatz, um dos primeiros colonos suíços contratados, afirma que “o solo é de propriedade do patrão, e os moradores também o são de certo modo: os fatos mencionados além de muitos outros, põem isso em evidência.”

Guimarães (1981, p. 98), em uma outra oportunidade, mostra claramente a aproximação do trabalhador imigrante e o trabalhador escravo no sistema de parceria, dizendo que na cláusula 10<sup>a</sup> do modelo de contrato a que se submetia o imigrante, facultava ao Senador Vergueiro “transferir” as obrigações contratuais a outro fazendeiro “desde que o dito colono não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferência.” Ou seja, concluindo o raciocínio de Guimarães, o trabalhador imigrante/parceiro/colono transforma-se em uma mercadoria, ou “peça” como definira o autor, assim como eram os escravos.

Definitivamente, o sistema de parceria inaugurado por Vergueiro na década de 1840 foi, sem dúvida, a mola propulsora para a tomada de trabalho assalariado no Brasil. Apesar de não ter nenhuma relação com o sistema de parceria instituído na Europa tempos atrás, que Guimarães (1981, p. 98-99), lembrando Marx que definia como o verdadeiro sistema de parceria e assim o descrevia:

A parceria, ou sistema de exploração com partilha do produto, pode ser considerado como uma forma primitiva de renda e a renda capitalista; o explorador (parceiro) emprega, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital aplicado, e o proprietário, além do terreno, fornece a outra parte do capital (por exemplo, o gado); o produto é repartido entre o parceiro e o proprietário em proporções determinadas que variam segundo os países. Para uma exploração inteiramente capitalista, falta ao parceiro, nesse caso, capital suficiente. A participação que cabe ao proprietário não constitui uma forma pura de renda. Pode conter os juros do capital por ele adiantado, assim como uma renda excedente. Pode também absorver todo o sobretrabalho do parceiro ou deixar a este uma parte mais ou menos importante. O essencial, porém, é que a renda não aparece mais aqui como a forma normal da mais-valia. Por um lado, o parceiro, seja com o trabalho próprio ou alheio, pode pretender uma parte do produto não na qualidade de trabalhador, mas de possuidor de uma parcela dos instrumentos de trabalho, por ser ele seu próprio capitalista. Por outro lado, o proprietário da terra pode pretender a sua parte, não somente por ser o dono do terreno, mas por ser fornecedor de capital.

Nada tem de comum o sistema de parceria utilizado na Europa com o utilizado no Brasil. O sistema aqui utilizado teria sido, em sua essência, muito mais severo. Seu grau de exploração ao trabalho humano, foi sem dúvida muito maior. Dessa forma, pode-se concluir que a imigração européia não veio construir um novo Brasil, como os próprios imigrantes almejavam, mas sim,

“escorar as estruturas” do velho sistema econômico baseado no latifúndio e na exploração do trabalho.

## 4 O TRABALHO IMIGRANTE SOB A ÓTICA MARXISTA

### 4.1 A exploração do trabalho imigrante à luz do materialismo histórico-dialético

O sistema de parceria, foi inegavelmente a ligação entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado livre. Considera-se que dentro dele, foi extraído o maior extrato de exploração do trabalho humano na economia brasileira. O sistema de parceria utilizado no interior da economia cafeeira foi, indubitavelmente, a forma encontrada para manter o *status quo* escravista na economia agrária nacional.

Apesar de anteriormente não mencionar-se o sistema de produção atribuído na economia agrária brasileira, podemos afirmar que posteriormente ao sistema de parceria poder-se-ia caracterizar o modo de produção que começava a vigorar como plenamente capitalista. Ora, os sistemas posteriores ao de parceria inseridos na economia brasileira já tinham caráter monetário. A exploração expressava-se no início da produção da mercadoria.

Marx (1984, p. 261) analisa o processo supondo tipos de acumulações distintas, são elas: acumulação primitiva e acumulação capitalista, que assim as definia:

Viu-se como dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida a mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação "primitiva" (*previous accumulation* em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida.

Chama-se a atenção para o período do sistema de parceria em que foi inserido o trabalhador imigrante por considerar-se que nas décadas de 1920-30, com o sistema assalariado começando a vigorar no país, algumas dezenas de imigrantes aproveitando os canais de imigração criados pelo governo fugiam da crise política que atravessava a Itália, e com eles traziam vultosos estoques de capitais, como foi o caso de Giovanni Briccola, construindo um pequeno império bancário e sendo a primeira fortuna italiana de

São Paulo, estando também muitos outros em destaque, como o Conde Francisco Matarazzo.

E analisando o sistema de parceria, pode-se perceber que este tipo de sistema utilizado no Brasil, não foi utilizado em nenhuma parte do mundo, dentro de nenhuma sociedade, ao que se tem registro. Como se coloca anteriormente, o sistema de parceria diferia qualitativamente do sistema de parceria até então conhecido e analisado por Marx.

No sistema de parceria “tupiniquim” no momento em que não se enquadra em nenhum dos tipos de acumulação descrita por Marx, em outro dado momento enquadra-se nas duas. O sistema de parceria no Brasil foi o fio condutor de uma para a outra.

No sistema de parceria, utilizado primeiramente na colônia de Ibicaba pelo Senador Vergueiro, houve uma “sobreexploração” do trabalhador imigrante. Ora, ao mesmo tempo em que era tratado como escravo, também o era como operário agrícola.

Pois bem, é primária a conclusão de que o processo de mutação nas economias periféricas foi diferente das economias centrais, principalmente na agricultura. Amin e Vergapoulos (1986, p. 21) definem o fenômeno que se desenvolvia na Europa da seguinte forma:

Sabe-se que uma “revolução agrícola” precedeu, na Europa, a “revolução industrial”. Sabe-se, também, que entre o fim da Idade Média “feudal” e a revolução industrial situam-se três séculos de transição difíceis de qualificar, de tal forma as relações sociais e econômicas tornam-se complexas.

Enquanto a Europa vivia um processo de transição/transformação o Brasil ainda estava vivendo o período da acumulação primitiva. Na Europa as relações de produção capitalista começavam a penetrar no campo, mas limitadamente, principalmente pelas resistências dos senhores feudais. Concomitante, novas atividades vão surgindo, como a indústria urbana, que segundo Amin e Vergapoulos (1986, p. 21) assumem forma definitiva e, posteriormente, abandonam a agricultura. E conclui que este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais.

É verdade que o processo de industrialização urbana na Europa facilitava a circulação de mercadorias tropicais no Velho Mundo, mas isso deixaria um estigma de atraso nas economias periféricas.

Enquanto a Europa vê-se em pleno século XV sofrendo mudanças na agricultura, com a desintegração das relações de produção feudal e sua conseqüente mercantilização<sup>14</sup>, o Brasil ainda sentia os impactos do descobrimento e posteriormente, como frisamos no início, volta a roda da história, instituindo aqui um sistema que havia desaparecido na Europa desde o século XV. O que vinha ocorrendo na Europa durante o período que compreende o século XV ao século XIX, começa a ocorrer no Brasil apenas no início do século XX, acontecendo o que muitos autores chamaram como “o capitalismo tardio”.

Enquanto na Europa, segundo Amin e Vergapoulos (1986, p. 22) o direito de acesso dos camponeses à terra é garantido no modo feudal, no Brasil é completamente o inverso, principalmente com a promulgação da Lei de Terras em 1850<sup>15</sup>, que garante a manutenção dos grandes latifúndios nas terras brasileiras.

Assim, tanto os escravos libertos, quanto os imigrantes europeus não tinham outra opção senão vender a única “coisa” que lhes restava, a sua força de trabalho, onde eles se vêem, segundo Marx (2001, p. 68) diminuídos espiritual e fisicamente à condição de uma máquina e de ser humano em simples atividade abstrata.

Segundo Marx (2001, p. 77) a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa. O trabalho pode ser, sem dúvida caracterizado como uma mercadoria. E Marx (2001, p. 77) no primeiro manuscrito afirma que,

[...] se o preço é elevado, a procura é grande, e se o preço é baixo a oferta é grande. Como acontece com as outras mercadorias. O preço do trabalho deve diminuir; é em parte a concorrência entre os próprios trabalhadores que provoca esta descida. “A população trabalhadora, que vende seu trabalho, fica reduzida à menor parte do produto... Será a teoria do trabalho como mercadoria diferente de uma teoria disfarçada da servidão?”.

Ora, o trabalhador imigrante e sua mão de obra foi uma mercadoria. A “coisificação”, como denota Marx, expressa-se na sua força de trabalho. Porém, no Brasil, o fenômeno de inserção da mão de obra imigrante na empresa agrária brasileira foi

<sup>14</sup> Esses fenômenos acontecem em etapas que perduram até o século XIX.

<sup>15</sup> Lei nº601, tinha como principais objetivos proibir a aquisição de terras que não fosse pela compra; aumentar o preço da terra para impedir o acesso a ela por parte dos trabalhadores rurais; segundo Sandroni (1994, p. 191) o principal objetivo da Lei de Terras era impedir o livre acesso dos trabalhadores à terra diante da evidência da falência do escravismo.

diferente, um fenômeno caracteristicamente novo. Pois, ao mesmo tempo em que estava inserido entre a servidão e o assalariado, também o estava dentro de ambas; a partir daí tiramos nossas conclusões da “sobreexploração” do trabalho do “ser” imigrante na economia cafeeira.

Dessa forma, os constantes conflitos entre imigrantes e latifundiários por melhores condições de trabalho, de vida, entre outros, são uniformes. Assim como descreveu Marx (2001, p. 45) que,

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.

A base econômica brasileira estava em mutação. A elite agrária brasileira, mais precisamente a elite cafeeira, juntamente com o Estado nacional, concomitante, vão sofrendo certas mudanças, é claro que com menor intensidade, pois segundo Marx (1999, p. 52) com a transformação da base econômica toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

A sociedade pré-capitalista brasileira estava em plena evolução. A escravatura em extinção, o sistema de parceria abrindo caminhos ao trabalho assalariado são sinais destas mudanças. A burguesia, que antes vivia às sombras do escravismo, não existe mais. Como expõe Marx (2001, p. 48): tudo que é sólido e estável volatiliza, dando lugar a uma nova burguesia, gerada no seio mesmo da velha sociedade.

Analisando as transformações na sociedade brasileira sob a ótica do materialismo histórico-dialético percebe-se que não existe princípio eterno, e segundo Aron (1999, p. 159) as concepções humanas e morais se transformam de época para época. Ora, a sociedade brasileira e sua base econômica estavam em plena transformação. A evolução social econômica, apesar de tardiamente, começava a tomar forma. Assim Aron (1999, p. 159) diz que o pensamento dialético afirma que a lei do real é a lei da transformação. Existe uma transformação incessante tanto na natureza inorgânica como no universo dos homens. Ou seja, a sociedade brasileira passava por um período de transformação, um

novo modo de produção e uma nova burguesia começavam a superar a velha em declínio.

E Aron (1999, p. 159) explica que dentro da concepção do materialismo histórico-dialético essas mudanças se operam de acordo com determinadas leis abstratas. As mudanças quantitativas a partir de um certo ponto se tornam mudanças qualitativas.

Assim, as novas relações nascentes na sociedade brasileira vem a confirmar o raciocínio de Marx (1999, p. 52) onde ele afirma que:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual.

Ou seja, muito embora as forças produtivas tenham se transformado e com isso transformado a face do país, as relações de produção conservadoras continuam pautando a vida cotidiana do país.

## **5 CONCLUSÃO**

Ao analisar o processo histórico, social e econômico, que envolveram a introdução do trabalho imigrante no Brasil tornou-se de fundamental importância estabelecer correlações com fatos e acontecimentos anteriores. Isso implicou numa análise ampla do processo de evolução da sociedade brasileira baseada na economia agrária cafeeira que possibilitou a acumulação de capital e conseqüentemente o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil.

Ao apoiar este trabalho na hipótese formulada por Guimarães (1981) que defende a ocorrência de uma transição feudal no Brasil, buscou-se discutir alguns aspectos das bruscas transformações pelas quais passou a economia do Brasil, fortemente influenciada pelas pressões internacionais. Isto

significa dizer que o capital oriundo da economia mercantil foi fundamental para a transformação da economia brasileira, muito embora num primeiro momento não tenha usufruído a mesma posição influente que tivera nos países europeus, desempenhou importante papel durante o período colonial. Sem dúvida, o capital comercial teve papel importante na colonização do Brasil, porém, não pode colocar-se em posição dominante como ocorrera em Portugal.

Assim, pode-se afirmar que o sistema econômico, político e social brasileiro apesar de passar por bruscas transformações manteve uma estrutura arcaica, ou seja, tais transformações não implicaram em modernização. Enquanto na Europa a servidão evoluía para o trabalho livre, no Brasil introduzia-se o trabalho escravo, inicialmente indígena e posteriormente o trabalho negro. O que levou os portugueses a desistirem da escravização do indígena e optarem pela escravização do negro africano foram razões de ordem pura e estritamente econômica e comercial, uma vez que o escravo era uma mercadoria externa à colônia comercializada por um mercador metropolitano a preços de monopólio.

Conseqüentemente, a dependência da economia brasileira do trabalho escravo gerou uma situação que reforçava os laços de dependência da economia brasileira à economia européia.

Com a crise da oferta da mão-de-obra escrava provocada pelas restrições ao tráfico e a conseqüente escassez da mesma, assistimos a um amplo remodelamento da economia de acordo com os moldes internacionais.

Recorreu-se, então, a mão-de-obra do imigrante europeu. Por alguns países passarem por crises de emprego, más condições de vida entre outros, principalmente os italianos, vários trabalhadores emigravam para o Brasil sem saber que seriam aqui submetidos a condições subumanas de trabalho, vivendo em uma semi-servidão, tendo que com seu suor e sua força de trabalho comprar a própria liberdade.

Neste trabalho faz-se uma descrição da economia agrária brasileira e suas características, para, posteriormente, analisar o fenômeno da exploração do trabalhador europeu dentro do sistema de parceria no interior da economia agrária cafeeira. Nesta análise procura-se avaliar o sistema de parceria como o fio condutor do trabalho escravo para o trabalho assalariado livre. Para tal, observa-se as relações de produção no campo no período que compreende o final do século XIX e início do século XX e as transformações que nele ocorreram.

Porém, apesar das forças produtivas passarem por profundas transformações, as relações de produção, em essência, continuaram as mesmas. Ora, como foi mencionado anteriormente, o sistema de parceria em que foi inserido o trabalhador imigrante europeu foi uma maneira de manutenção do *status quo* escravista na economia agrária brasileira, muito embora houvesse pressões internacionais sobre o Brasil pelo fim da escravatura.

Nesse sentido, cabe observar que o resultado a que se chega é que as transformações ocorridas desde aquela época e posteriores não chegaram a afetar profundamente a estrutura agrária brasileira. O monopólio da terra no Brasil ainda é algo concreto nos dias atuais e os trabalhadores continuam não tendo acesso a ela. O Brasil de hoje ainda carrega o Brasil de ontem.

## BIBLIOGRAFIA

AMED, José Fernando; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições Sinafresp, 2000.

AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977.

CASTILHO, Marilena dos Santos Ferreira de. **Imigração chinesa para o Brasil no século XIX: o discurso parlamentar**. 2000. Dissertação (Mestrado em história). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Campus de Assis.

CASTRO, Antonio Barros de; *et al.* **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOLHA DA MANHÃ. **O café**: collectanea das chronicas publicadas na secção commercial da <<FOLHA DA MANHÃ>> 30-12-34 à 10-03-35. São Paulo: Imprensa Official, 1935.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GOMES, Alberto Albuquerque. Considerações sobre pesquisa científica: em busca de caminhos... **Intertemas**, Presidente Prudente, Ano 3, n. 5, p. 61-68, nov. 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papyrus, 1988.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial**. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Alexandre Lyra. **Fundamentos de economia política marxista**. João Pessoa: Imprell, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do café**: a grande lavoura no Brasil, 1850 à 1890. São Paulo: Atual, 1990. (História em documentos)

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico – filosófico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. 1 – Tomo 2 São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

MÜLLER, Telmo Lauro. **1824 antes e depois: o Rio Grande do Sul e a imigração alemã**. Nova Petrópolis: Amstad, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **A escravidão negra no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro. **História econômica geral**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

ROIO, José Luiz Del. **Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização**. São Paulo: Ícone, 1990.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 8 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.